

AVANÇASP



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVERICA  
DA SERRA

CONCURSO PÚBLICO  
01/2024

# PROCURADOR

## Leia atentamente as instruções abaixo

### 1. PROVA E FOLHA DE RESPOSTAS

Além deste Caderno de Prova, contendo 50 (cinquenta) questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:

- 01 (uma) Folha de Respostas destinada às respostas das questões objetivas. Confira se seus dados estão corretos.
- 01 (uma) Folha de Respostas destinado à transcrição do Texto definitivo da peça Prático-Profissional. Confira se seus dados estão corretos.

### 2. TEMPO

- 04h30 (quatro horas e trinta minutos) é o tempo disponível para realização da prova, já incluído o tempo para marcação da Folha de Respostas da prova objetiva;
- **01 (uma) hora** após o início da prova é possível, retirar-se da sala levando o caderno de prova;

### 3. INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm 05 (cinco) alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente **uma** delas está correta;
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, informe imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais na Folha de Respostas, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preenchimento;
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca de Folha de Respostas em caso de erro de marcação pelo candidato;

- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.

- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na Folha de Respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova;

- Ao se retirar, entregue a Folha de Respostas preenchida e assinada ao Fiscal de Sala.

**SERÁ ELIMINADO do presente certame o candidato que:**

a) for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato;

b) portar ou usar, qualquer tipo de aparelho eletrônico (calculadoras, bips/pagers, câmeras fotográficas, filmadoras, telefones celulares, smartphones, tablets, relógios, walkmans, MP3 players, fones de ouvido, agendas eletrônicas, notebooks, palmtops ou qualquer outro tipo de computador portátil, receptores ou gravadores) seja na sala de prova, sanitários, pátios ou qualquer outra dependência do local de prova;

c) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o Caderno de Questões e/ou a Folha de Respostas;

d) se recusar a entregar a Folha de Respostas, quando terminar o tempo estabelecido;

e) não assinar a Lista de Presença e/ou a Folha de Respostas.

---

**LÍNGUA PORTUGUESA**  
**TEXTO**

---

Leia o texto para responder às questões de 1 a 06.

**Sonda chinesa identifica mineral inédito na Lua**

As crateras lunares são resultado da colisão entre a Lua e objetos celestiais, como asteroides e cometas. O impacto é rápido, envolvendo alta velocidade, pressão e temperatura. O fenômeno, além de alterar o relevo da superfície do satélite natural da Terra, também é responsável por mudanças na composição mineral do solo lunar, chamado de regolito. Por isso, uma das formas de estudar o passado da Lua consiste em analisar os minerais que compõem a sua superfície. Recentemente, a missão chinesa Chang'e-5 retornou para a Terra com 1,73 kg de regolito, fornecendo novos materiais para a investigação da história do nosso satélite natural.

Os pesquisadores identificaram um novo mineral lunar, o Changesite-(Y), bem como minerais do grupo dos silicatos em uma combinação considerada “desconcertante”. As amostras foram coletadas em uma região denominada Oceanus Procellarum. Tais descobertas foram descritas em artigo publicado na revista *Matter and Radiation at Extremes* na última terça-feira (6).

De acordo com as estimativas dos cientistas, a colisão de objetos celestiais que resultou nas amostras teve uma pressão máxima entre 11 e 40 GPa e uma duração de 0,1 a 1 segundo. A cratera gerada na Lua pode ter entre 3 e 32 km de largura.

O novo mineral Changesite-(Y) pertence ao grupo dos fosfatos e é caracterizado por colunas de cristais transparentes, sem cor. A combinação dos silicatos, por sua vez, inclui a seifertita e a estishovita – ambas quimicamente similares ao quartzo, mas com estruturas cristalinas distintas.

O fragmento que contém seifertita e estishovita surpreendeu os pesquisadores, uma vez que esses minerais, teoricamente, só coexistiriam em pressões muito mais elevadas do que as da amostra. “Embora a superfície da Lua esteja coberta por dezenas de milhares de crateras de

impacto, minerais de alta pressão são incomuns em amostras lunares”, afirma a pesquisadora e autora do estudo Wei Du em nota. “Uma das possíveis explicações para isso é que a maioria dos minerais de alta pressão são instáveis em altas temperaturas.”

No caso da amostra coletada pela missão Chang'e-5, levantou-se a hipótese de que a presença de um terceiro polimorfo dos silicatos, a  $\alpha$ -cristobalita, pode ter sido importante para viabilizar a combinação de seifertita e estishovita.

“A seifertita pode ter se formado a partir da  $\alpha$ -cristobalita durante o processo de compressão, e uma parte da amostra se transformou em estishovita durante o subsequente processo de elevação de temperatura”, propõe Du.

**Revista Galileu.** Disponível em <https://revistagalileu.globo.com/ciencia/espaco/noticia/2024/02/sonda-chinesa-identifica-mineral-inedito-na-lua.ghtml>

---

**QUESTÃO 01**

---

Segundo a reportagem apresentada, é incorreto afirmar que:

- (A) o relevo da superfície da Lua pode ser alterado pela colisão com asteroides e cometas.
- (B) a composição mineral do solo lunar pode ser afetada após colisões com objetos celestiais.
- (C) seifertita e estishovita são considerados minerais de baixa pressão.
- (D) a análise da composição mineral do solo da Lua é uma das formas de investigação do seu passado.
- (E) as colisões entre a Lua e objetos celestiais são significativas porque envolvem alta velocidade, pressão e temperatura.

---

**QUESTÃO 02**

---

De acordo com o texto, a combinação entre minerais do grupo dos silicatos é considerada desconcertante pelos pesquisadores porque:

- (A) os minerais seifertita e estishovita são incompatíveis entre si.
- (B) para coexistirem, os minerais seifertita e estishovita demandam uma pressão mais elevada do que a verificada na amostra.
- (C) os minerais seifertita e estishovita são altamente instáveis em baixa pressão.
- (D) foi viabilizada pelo novo mineral descoberto, que pertence ao grupo dos fosfatos.
- (E) a amostra indica que os minerais seifertita e estishovita tiveram origem a partir da  $\alpha$ -cristobalita, durante o processo de compressão.

---

**QUESTÃO 03**

---

Considere o excerto: “Embora a superfície da Lua esteja coberta por dezenas de milhares de crateras de impacto, minerais de alta pressão são incomuns em amostras lunares”. Nesse contexto, a oração introduzida pelo vocábulo “*embora*” classifica-se, segundo a norma gramatical, como:

- (A) oração subordinada adverbial concessiva.
- (B) oração subordinada adverbial temporal.
- (C) oração subordinada adverbial condicional.
- (D) oração coordenada adversativa.
- (E) oração coordenada explicativa.

---

**Considere o excerto a seguir para responder às questões 4 e 5:**

O fragmento que contém seifertita e estishovita surpreendeu os pesquisadores, uma vez que esses minerais, teoricamente, só coexistiriam em pressões muito mais elevadas do que **as** da amostra.

---

**QUESTÃO 04**

---

O advérbio “*teoricamente*”, que ocorre no excerto apresentado, poderia ser substituído, pela expressão de valor correspondente:

- (A) especificamente.
- (B) em especial.
- (C) inesperadamente.
- (D) em tese.
- (E) coincidentemente.

---

**QUESTÃO 05**

---

O vocábulo “*as*”, em destaque no excerto apresentado, desempenha o papel gramatical de:

- (A) artigo definido feminino.
- (B) artigo indefinido feminino.
- (C) pronome demonstrativo.
- (D) pronome pessoal do caso oblíquo.
- (E) pronome relativo.

---

**Considere o excerto a seguir para responder à questão 6:**

No caso da amostra coletada pela missão Chang’e-5, levantou-se a hipótese de que a presença de um terceiro polimorfo dos silicatos, a  $\alpha$ -cristobalita, pode ter sido importante para viabilizar a combinação de seifertita e estishovita.

---

**QUESTÃO 06**

---

Nesse contexto, o vocábulo “*se*” é empregado com a função de:

- (A) partícula apassivadora.
- (B) objeto direto.
- (C) partícula expletiva.
- (D) conjunção integrante.
- (E) índice de indeterminação do sujeito

---

**QUESTÃO 07**

---

Analise as sentenças a seguir e assinale a alternativa em que se verifica um sujeito composto.

- (A) As fantasias de palhaço feitas à mão pelas costureiras locais eram doadas a instituições de arte e cultura popular.
- (B) Os funcionários recém-contratados da empresa foram convidados para um coquetel.
- (C) Todos já sabiam que os garotos do quinto ano ganhariam o prêmio da feira de ciências.
- (D) Quando se é criança, tem-se a percepção de um mundo perfeito.
- (E) Jovens e adultos moradores da Região Metropolitana de São Paulo poderão se consultar gratuitamente nesta clínica.

---

**QUESTÃO 08**

---

Analise as sentenças a seguir quanto à forma em que se apresentam. Assinale a alternativa em que a sentença dada se apresenta em discurso indireto livre.

- (A) Admirada e muito interessada, Rebeca perguntou-lhe sobre seu relacionamento.
- (B) – Não quero nem saber. A partir de amanhã, não trabalho mais aqui!
- (C) Paulo se questionava sobre a vida. Por que não alcançava o que tanto sonhava? A vida era só aquilo?
- (D) Faça-me um favor – disse a garota – pois não sou obrigada a ouvir esse tipo de insulto.
- (E) Ela queria saber se as coisas estavam bem.

---

**QUESTÃO 09**

---

Analise a seguinte sentença quanto aos papéis sintáticos:

“Era conhecida de todo mundo a fama de suas riquezas.” (Olavo Bilac)

O termo “*de todo mundo*” desempenha, no contexto apresentado, o papel de:

- (A) adjunto adnominal.
- (B) complemento nominal.
- (C) adjunto adverbial.
- (D) agente da passiva.
- (E) sujeito.

---

**QUESTÃO 10**

---

Considere a sentença:

“Camões conglobou \_\_\_ seus versos a cultura de Portugal.”

No contexto apresentado, o verbo “*conglobar*” requer para o objeto indireto a preposição:

- (A) de.
- (B) com.
- (C) para.
- (D) em.
- (E) por.

---

**NOÇÕES DE INFORMÁTICA**

---

**QUESTÃO 11**

---

A Internet consiste, de maneira resumida, em diversas redes de computadores ligadas umas às outras.

Para navegar sobre as diversas páginas da internet, o usuário pode fazer uso de programas do tipo:

- (A) Browser.
- (B) Algorithm.
- (C) Backup.
- (D) Database.
- (E) Scroll.

---

**QUESTÃO 12**

---

De acordo com os conceitos atribuídos à Internet e a transferência de arquivos, assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna do texto a seguir:

A utilização do protocolo \_\_\_\_\_ permite a transferência de ficheiros de uma maneira eficiente e segura. A transferência pode ser feita em qualquer direção. No entanto, do lado do servidor existem as restrições do espaço disponível e dos diretórios e ficheiros a que se tem acesso.

- (A) SSD.
- (B) HTSS
- (C) INT
- (D) FTP
- (E) TRASF

---

**QUESTÃO 13**

---

O e-mail, também conhecido como endereço eletrônico, é um dos recursos mais utilizados na área profissional.

Quando a página ou aplicativo de e-mail é aberto, as mensagens recebidas recentemente estarão localizadas na:

- (A) Lixeira.
- (B) Caixa de envios.
- (C) Caixa de entrada.
- (D) Caixa de arquivados.
- (E) Caixa de rascunhos.

---

**QUESTÃO 14**

---

Uma margem é o intervalo entre o bordo da página e o texto. No Word 2016, normalmente, as margens de um documento estão definidas no modo "Normal", isto é, medindo 2,5 cm nas bordas superiores e inferiores e 3 cm nos cantos direitos e esquerdos.

Sobre a configuração das margens no Word 2016, analisar os itens a seguir:

I. Na guia layout, clicando sobre a opção "Painel de Seleção" é possível configurar os tamanhos de margens desejadas pelo escritor.

II. O Word 2016 apresenta nativamente apenas a opção de margens "Normal", cabendo ao usuário definir novas configurações.

III. O Word 2016 permite a personalização do tamanho de suas margens através da caixa de diálogo, "Configurar página".

Está(ã) Correto(s)

- (A) Somente o item I.
- (B) Somente o item III.
- (C) Somente os itens I e II.
- (D) Somente os itens II e III.
- (E) Todos os itens.

---

**QUESTÃO 15**

---

Área de trabalho do Word 2016 é todo o espaço disponibilizado pelo Word logo que um trabalho é iniciado. Todas as ferramentas necessárias para a realização dos trabalhos no aplicativo, estão dispostas as categorias e distribuídas em painéis, barras e guias.

O local que possui ferramentas básicas para formatação de texto, como tamanho e cor da fonte, estilos de marcador, alinhamento de texto é a guia:

- (A) Arquivo.
- (B) Inserir.
- (C) Layout.
- (D) Revisão.
- (E) Página Inicial.

---

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

---

---

**QUESTÃO 16**

---

Considerando os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil adotados expressamente na Constituição de 1988, assinale a alternativa que contém, CORRETAMENTE, apenas referidos objetivos:

- (A) garantir o desenvolvimento nacional e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- (B) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, e assegurar a proteção aos recursos hídricos nacionais.
- (C) assegurar a liberdade de pensamento e de crença e erradicar a pobreza.
- (D) garantir o desenvolvimento nacional e a função social da propriedade.
- (E) assegurar a plenitude do direito de defesa e o regime democrático de governo.

---

**QUESTÃO 17**

---

Assinale a alternativa CORRETA que contenha crime, assim reconhecido pela Constituição Federal, imprescritível:

- (A) a improbidade administrativa.
- (B) a corrupção.
- (C) a tortura.
- (D) o racismo.
- (E) o terrorismo.

---

**QUESTÃO 18**

---

Acerca do regime remuneratório dos servidores públicos, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público, exceto quando houver reconhecimento em decisão administrativa fundamentada de necessária uniformização entre os vencimentos do cargo no Poder Executivo e no Poder Legislativo.
- (B) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público poderão ser computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores, conforme dispuser a lei.
- (C) o limite de vencimentos de procurador municipal é o valor do subsídio do Chefe do Poder Executivo.
- (D) é vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria em regime próprio de previdência social e de remuneração de cargo público em comissão de livre nomeação e exoneração.
- (E) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

---

**QUESTÃO 19**

---

O Município Beta tem 190.000 (cento e noventa mil) habitantes. De acordo com a Constituição Federal, qual o limite de Vereadores para a composição de sua Câmara Municipal:

- (A) 19 (dezenove).
- (B) 21 (vinte e um).
- (C) 22 (vinte e dois).
- (D) 23 (vinte e três).
- (E) 25 (vinte e cinco).

---

**QUESTÃO 20**

---

Acerca do regime constitucional da Ordem Social, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) a assistência à saúde é livre à iniciativa privada, sendo vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.
- (B) é facultado aos Municípios vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de contratos de gestão e parcerias com instituições sem fins lucrativos.
- (C) constituem patrimônio cultural brasileiro, suscetível de proteção efetiva e por meios concretos pelo Poder Público, os bens exclusivamente de natureza material, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
- (D) deve o Poder Público promover a desapropriação dos sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.
- (E) é dever do Estado fomentar práticas esportivas formais e as ações judiciais relativas à sua disciplina ou competições devem ser apreciadas pelo Poder Judiciário independentemente de esgotamento de instâncias de eventual órgão desportivo.

---

**QUESTÃO 21**

---

Assinale a opção que NÃO se enquadra no rol de garantias do dever do Estado com a educação:

- (A) atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.
- (B) progressiva universalização do ensino médio gratuito.
- (C) educação infantil obrigatória, em creche e pré-escola, às crianças até 4 (quatro) anos de idade,
- (D) educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.
- (E) oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando.

---

**QUESTÃO 22**

---

Assinale a opção INCORRETA:

- (A) o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- (B) a Administração pode revogar os atos administrativos por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- (C) concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até 60 (sessenta) dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.
- (D) em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.
- (E) a Administração tem o dever de explicitamente emitir decisão nos processos administrativos e sobre solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência.

---

**QUESTÃO 23**

---

Acerca da Lei Federal nº. 14.133/2021, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) os contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro e a concessão de garantia relacionadas a esses contratos não se subordinam ao regime da Lei.
- (B) os contratos que tenham por objeto prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados não se subordinam ao regime da Lei.
- (C) os contratos que tenham por objeto concessão e permissão de uso de bens públicos não se subordinam ao regime da Lei.
- (D) os contratos que tenham por objeto locação não se subordinam ao regime da Lei.
- (E) os contratos que tenham por objeto alienação e concessão de direito real de uso de bens não se subordinam ao regime da Lei.

---

**QUESTÃO 24**

---

Não está incluída no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) a execução de ação:

- (A) de vigilância sanitária.
- (B) de saúde do trabalhador.
- (C) de saúde bucal.
- (D) de vigilância epidemiológica.
- (E) de saúde mental.

**QUESTÃO 25**

Considerando o quanto disposto na Lei Federal nº. 9.790/1999, que institui e disciplina o Termo de Parceria, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) a previsão de receitas e despesas a serem realizadas em seu cumprimento, estipulando item por item as categorias contábeis usadas pela organização e o detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal a serem pagos, com recursos oriundos ou vinculados ao Termo de Parceria, a seus diretores, empregados e consultores não constitui cláusula essencial do Termo de Parceria.
- (B) a previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada no Termo de Parceria não constitui cláusula essencial do Termo de Parceria.
- (C) a previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de resultado não constitui cláusula essencial do Termo de Parceria.
- (D) a estipulação das metas e dos resultados a serem atingidos e os respectivos prazos de execução ou cronograma não constitui cláusula essencial do Termo de Parceria.
- (E) o objeto, que conterà a especificação do programa de trabalho proposto pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público não constitui cláusula essencial do Termo de Parceria.

**QUESTÃO 26**

Nos termos da Lei Federal nº 12.846/13, na esfera administrativa serão aplicadas às pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos à administração:

- (A) proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, pelo prazo mínimo de 1 (um) e máximo de 5 (cinco) anos.
- (B) multa, no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação; e publicação extraordinária da decisão condenatória.
- (C) perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé.
- (D) suspensão ou interdição parcial de suas atividades.
- (E) dissolução compulsória da pessoa jurídica.

**QUESTÃO 27**

Acerca da responsabilidade dos Prefeitos Municipal, assinale a alternativa que não se enquadra como crime de responsabilidade sujeito ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:

- (A) descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro.
- (B) conceder empréstimo, auxílios ou subvenções sem autorização da Câmara, ou em desacordo com a lei.
- (C) ordenar ou efetuar despesas não autorizadas por lei, ou realizá-las em desacordo com as normas financeiras pertinentes.
- (D) desviar, ou aplicar indevidamente, rendas ou verbas públicas.
- (E) apropriar-se de bens ou rendas públicas, ou desviá-los em proveito próprio ou alheio.

**QUESTÃO 28**

Acerca da prescrição para aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº. 8.429/92, assinale a opção CORRETA:

- (A) a ação para a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº. 8.429/92 prescreve em 10 (dez) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.
- (B) a instauração de inquérito civil ou de processo administrativo para apuração dos ilícitos referidos na Lei Federal nº. 8.429/92 suspende indefinidamente o curso do prazo prescricional, recomeçando a correr após a sua conclusão.
- (C) a ação para a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº. 8.429/92 é imprescritível.
- (D) nos atos de improbidade conexos que sejam objeto do mesmo processo, a suspensão e a interrupção relativas a qualquer deles estendem-se aos demais.
- (E) o ajuizamento da ação de improbidade administrativa não interrompe o prazo prescricional para a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº. 8.429/92.

**QUESTÃO 29**

Acerca da obrigação tributária, é CORRETO afirmar que:

- (A) a obrigação acessória surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
- (B) a obrigação principal decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
- (C) fato gerador da obrigação principal é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação acessória.
- (D) fato gerador da obrigação acessória é a situação definida pelo sujeito ativo da obrigação como necessária e suficiente à sua ocorrência.
- (E) a obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

**QUESTÃO 30**

Das alternativas abaixo, assinale aquela que NÃO trata de requisito mínimo que deve ser observado pela lei relativa à contribuição de melhoria.

- (A) publicação prévia do memorial descritivo do projeto.
- (B) publicação prévia da determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição.
- (C) publicação prévia da determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas.
- (D) publicação prévia dos serviços públicos postos à disposição em decorrência da obra de melhoria e da contribuição que a financia.
- (E) publicação prévia do orçamento do custo da obra.

**QUESTÃO 31**

Considerando o quanto disposto na Lei Federal nº. 8.137/1990, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias não constitui crime contra a ordem tributária.
- (B) elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato não constitui crime contra a ordem tributária.
- (C) negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativa a venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação não constitui crime contra a ordem tributária.
- (D) fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal não constitui crime contra a ordem tributária.
- (E) sonegar insumos ou bens, recusando-se a vendê-los a quem pretenda comprá-los nas condições publicamente ofertadas, ou retê-los para o fim de especulação não constitui crime contra a ordem tributária.

**QUESTÃO 32**

Acerca dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, assinale a opção CORRETA:

- (A) é de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 40 (quarenta) salários mínimos.
- (B) as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos, observado o valor de 40 (quarenta) salários mínimos, se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública.
- (C) tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, após o trânsito em julgado da decisão, o pagamento será efetuado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis, contado da entrega da requisição do juiz à autoridade citada para a causa, independentemente de precatório, na hipótese do § 3.º do art. 100 da Constituição Federal; ou mediante precatório, caso o montante da condenação exceda o valor definido como obrigação de pequeno valor.
- (D) nas causas de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública não haverá reexame necessário.
- (E) no foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é relativa.

---

**QUESTÃO 33**

---

Nos termos da Lei Federal nº. 4.320/1964, é CORRETO afirmar que:

(A) classificam-se como Transferências Correntes as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender obras de conservação e adaptação de bens imóveis.

(B) a receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes, Receitas de Capital e Receitas Especiais.

(C) tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas, contribuições e empréstimos compulsórios, nos termos da Constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.

(D) classificam-se como investimentos as dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

(E) classificam-se como Despesas de Custeio as dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado.

---

**QUESTÃO 34**

---

As obrigações definidas como de pequeno valor a serem pagas independentemente de precatório terão como limite o que for estabelecido na lei do respectivo ente da Federação. Até que se dê a publicação destas leis, os valores serão de:

(A) 40 (quarenta) salários mínimos, quanto aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

(B) 30 (trinta) salários mínimos, quanto aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

(C) 30 (trinta) salários mínimos, quanto aos Estados e ao Distrito Federal e 20 (vinte) salários mínimos, quanto aos Municípios.

(D) 30 (trinta) salários mínimos, quanto aos Estados e ao Distrito Federal e 40 (quarenta) salários mínimos, quanto aos Municípios.

(E) 40 (quarenta) salários mínimos, quanto aos Estados e ao Distrito Federal e 30 (trinta) salários mínimos, quanto aos Municípios.

---

**QUESTÃO 35**

---

Acerca dos créditos adicionais, assinale a opção CORRETA.

(A) os créditos adicionais suplementares, são os destinados a reforço de dotação orçamentária.

(B) os créditos adicionais especiais, são os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

(C) os créditos suplementares e especiais dispensam autorização por Lei e devem ser abertos por decreto executivo.

(D) os créditos suplementares e especiais dispensam decreto executivo e serão abertos por Lei.

(E) os créditos adicionais extraordinários são os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.

**QUESTÃO 36**

A respeito das subvenções estabelecidas na Lei nº 4.320/1964, considere as seguintes assertivas:

I – As subvenções sociais são aquelas destinadas às instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, com ou sem finalidade lucrativa.

II – O valor das subvenções sociais obrigatoriamente deverá ser calculado com base em unidades de serviços efetivamente prestados ou postos à disposição dos interessados, obedecidos os padrões mínimos de eficiência previamente fixados.

III – Consideram-se como subvenções econômicas as dotações destinadas a cobrir a diferença entre os preços de mercado e os preços de revenda, pelo Governo, de gêneros alimentícios ou outros materiais.

IV – A Lei de Orçamento não consignará ajuda financeira, a qualquer título, às empresas de fins lucrativos, salvo quando se tratar de subvenções cuja concessão tenha sido expressamente autorizada em lei especial.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

**QUESTÃO 37**

De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, é CORRETO o que se afirma em:

(A) Define-se por operação de crédito o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.

(B) Define-se por concessão de garantia o compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

(C) Define-se por dívida pública mobiliária o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

(D) Define-se por consolidada ou fundada a dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.

(E) Define-se por refinanciamento da dívida mobiliária a emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.

**QUESTÃO 38**

A respeito das obrigações solidárias, considere as seguintes assertivas:

I – A solidariedade não se presume, resulta da lei ou da vontade das partes.

II – Os devedores solidários poderão estipular qualquer cláusula, condição ou obrigação adicional com o credor, a qual obrigará os demais devedores, ainda que sem o consentimento destes.

III - Impossibilitando-se a prestação por culpa de um dos devedores solidários, subsiste para todos o encargo de pagar o equivalente, acrescido das perdas e danos.

IV - O credor pode renunciar à solidariedade em favor de um, de alguns ou de todos os devedores e, se exonerar da solidariedade um ou mais devedores, subsistirá a dos demais.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, III e IV.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I e IV, apenas.

**QUESTÃO 39**

Acerca dos prazos prescricionais, é CORRETO o que se afirma em:

- (A) A prescrição ocorre em cinco anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
- (B) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
- (C) Prescreve em cinco anos a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem, exceto contra os incapazes, situação em que não corre a prescrição.
- (D) Prescreve em cinco anos a pretensão dos profissionais liberais em geral, procuradores judiciais, curadores e professores pelos seus honorários, contado o prazo da conclusão dos serviços, da cessação dos respectivos contratos ou mandato.
- (E) Prescreve em cinco anos a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos.

**QUESTÃO 40**

A respeito da doação, considere as seguintes assertivas:

I – O doador pode fixar prazo ao donatário, para declarar se aceita ou não a liberalidade. Se o donatário, ciente do prazo estipulado, não declarar se aceita ou não a liberalidade, entender-se-á que não aceitou, mesmo se a doação não for sujeita a encargo.

II – O doador pode estipular que os bens dados sejam revertidos em seu favor ou de terceiros, em caso de falecimento do donatário.

III – É nula a doação de todos os bens sem reserva de parte, ou renda suficiente para a subsistência do doador.

IV – A doação a entidade futura caducará se, em dois anos, esta não estiver constituída regularmente.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, III e IV, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I e IV, apenas.
- (E) II, III e IV, apenas.

**QUESTÃO 41**

Sobre os defeitos do negócio jurídico, é CORRETO o que se afirma em:

- (A) O temor reverencial é considerado coação.
- (B) Configura-se o estado de perigo quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- (C) Se ambas as partes procederem com dolo, nenhuma pode alegá-lo para anular o negócio, podendo, entretanto, reclamar indenização.
- (D) Subsistirá o negócio jurídico, se a coação decorrer de terceiro, sem que a parte a que aproveite dela tivesse ou devesse ter conhecimento; mas o autor da coação responderá por todas as perdas e danos que houver causado ao coacto.
- (E) É anulável o negócio jurídico por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão, fraude contra credores ou por não revestir a forma prescrita em lei.

**QUESTÃO 42**

Acerca do mandado de segurança, é INCORRETO o que se afirma em:

- (A) A impetração de segurança por terceiro, contra ato judicial, não se condiciona à interposição de recurso.
- (B) No mandado de segurança coletivo, a sentença fará coisa julgada limitadamente aos membros do grupo ou categoria substituídos pelo impetrante.
- (C) O pedido de mandado de segurança poderá ser renovado dentro do prazo decadencial, se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.
- (D) O direito de requerer mandado de segurança extingue-se-á decorridos 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
- (E) Os processos de mandado de segurança e os respectivos recursos terão prioridade sobre todos os atos judiciais, inclusive habeas corpus.

**QUESTÃO 43**

Carlos ajuizou ação de indenização por danos morais contra José, sendo proferida sentença de improcedência dos pedidos, com condenação do autor ao pagamento de multa por litigância de má-fé por ter alterado a verdade dos fatos, além de honorários advocatícios sucumbenciais em favor do advogado do réu. No prazo para interposição de recurso de apelação, Carlos, sem nenhuma reserva, efetuou o pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais ao advogado do réu. Diante da situação narrada, é CORRETO o que se afirma em:

- (A) Carlos poderá interpor recurso de apelação contra todos os itens da condenação.
- (B) Carlos poderá interpor recurso de apelação apenas com relação aos honorários advocatícios sucumbenciais fixados ao advogado de José.
- (C) Carlos poderá interpor recurso de apelação apenas com relação à multa por litigância de má-fé, pois ao efetuar o pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais ao advogado do réu, sem nenhuma reserva, operou-se a aceitação tácita da condenação, não sendo possível a interposição de recurso.
- (D) Carlos poderá renunciar ao direito de recorrer, desde que haja a aceitação de José.
- (E) Se Carlos realizar a interposição de recurso de apelação, não poderá dele desistir, sem a anuência de José.

---

**QUESTÃO 44**

---

A Lei nº 11.340/2006 prevê, de forma exemplificativa, formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, sendo:

I – A \_\_\_\_\_, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II – A \_\_\_\_\_, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III – A \_\_\_\_\_, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV – A \_\_\_\_\_, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V – A \_\_\_\_\_, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas dos itens.

- (A) Violência física - violência moral - violência sexual - violência patrimonial - violência psicológica.
- (B) Violência sexual - violência psicológica - violência física - violência patrimonial - violência moral.
- (C) Violência física - violência psicológica - violência sexual - violência patrimonial - violência moral.
- (D) Violência patrimonial - violência moral - violência sexual - violência física - violência psicológica.
- (E) Violência física - violência sexual - violência moral - violência patrimonial - violência psicológica.

---

**QUESTÃO 45**

---

A respeito da ação popular, regulada pela Lei nº 4.717/1965, é CORRETO o que se afirma em:

- (A) A sentença que, apreciando o fundamento de direito do pedido, julgar a lide manifestamente temerária, condenará o autor ao pagamento do décuplo das custas.
- (B) As partes pagarão custas e preparo no início.
- (C) O prazo de contestação é de 15 (quinze) dias, prorrogáveis por mais 15 (quinze) dias, a requerimento do interessado, se particularmente difícil a produção de prova documental, e será comum a todos os interessados, correndo da entrega em cartório do mandado cumprido, ou, quando for o caso, do decurso do prazo assinado em edital.
- (D) Não cabe na ação popular a condenação ao pagamento de honorários advocatícios.
- (E) A sentença que concluir pela carência ou pela improcedência da ação não estará sujeita ao duplo grau de jurisdição, produzindo efeitos imediatamente após a sua publicação.

**QUESTÃO 46**

A Lei nº 9.394/1996 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. A respeito da referida lei, é CORRETO o que se afirma em:

- (A) É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 5 (cinco) anos de idade.
- (B) O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de educação infantil gratuita às crianças de até 4 (quatro) anos de idade.
- (C) Os Estados incumbir-se-ão de baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação.
- (D) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino, cabendo aos Municípios oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.
- (E) O Ministério Público é o único legitimado a ingressar com ação judicial visando a responsabilidade da autoridade competente pelo não oferecimento do ensino obrigatório ou sua oferta irregular.

**QUESTÃO 47**

Em relação à Lei nº 12.288/2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, considere as seguintes assertivas:

- I – É assegurada a assistência religiosa aos praticantes de religiões de matrizes africanas internados em hospitais ou em outras instituições de internação coletiva, inclusive àqueles submetidos a pena privativa de liberdade.
- II – o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir) foi instituído como forma de organização e de articulação voltadas à implementação do conjunto de políticas e serviços destinados a superar as desigualdades étnicas existentes no País, prestados pelo poder público federal, podendo participar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios mediante adesão.
- III – Para efeito do Estatuto, considera-se discriminação racial ou étnico-racial toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica.
- IV – Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, é recomendado o estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) II, III e IV, apenas.

**QUESTÃO 48**

A respeito da ação penal pública e de iniciativa privada, considere as seguintes assertivas:

I – Importa em renúncia tácita ao direito de queixa o fato de receber o ofendido a indenização do dano causado pelo crime.

II – No caso de morte do ofendido ou de ter sido declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou de prosseguir na ação penal de iniciativa privada não passa ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

III – A representação do ofendido será irretratável após oferecida a denúncia.

IV – O perdão tácito do ofendido, nos crimes em que somente se procede mediante queixa, não obsta ao prosseguimento da ação, devendo ser realizado de maneira expressa.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) II e III, apenas.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I e IV, apenas.
- (E) III, apenas.

**QUESTÃO 49**

Em relação aos crimes contra a administração da Justiça, é CORRETO o que se afirma em:

(A) Provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado configura crime de denúncia caluniosa.

(B) No crime de denúncia caluniosa, a pena é aumentada de sexta parte se o agente se serve de anonimato ou de nome suposto.

(C) No crime de falso testemunho ou falsa perícia, o fato deixa de ser punível se, antes do trânsito em julgado do processo em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade.

(D) Acusar-se, perante a autoridade, de crime inexistente ou praticado por outrem, configura comunicação falsa de crime ou contravenção.

(E) Configura o crime de coação no curso do processo impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem.

**QUESTÃO 50**

Sobre os crimes de estelionato e outras fraudes, é CORRETO o que se afirma em:

(A) No delito de estelionato, a ação penal é de iniciativa privada e somente se procede mediante queixa do ofendido.

(B) Não constitui fato típico tomar refeição em restaurante, alojar-se em hotel ou utilizar-se de meio de transporte sem dispor de recursos para efetuar o pagamento.

(C) Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor o prejuízo, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa.

(D) A ação penal referente ao crime de fraude à execução somente se procede mediante representação.

(E) Abusar, em proveito próprio ou alheio, da inexperiência ou da simplicidade ou inferioridade mental de outrem, induzindo-o à prática de jogo ou aposta, ou à especulação com títulos ou mercadorias, sabendo ou devendo saber que a operação é ruínosa, constitui o delito de abuso de incapazes.

---

**PROVA DISCURSIVA (PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL)**

---

**- ENUNCIADO DO PARECER:**

O Município de Alfa promoveu autuação fiscal sobre a contribuinte Beta, que é fundação sem fins lucrativos. Ainda que o objeto social de referida fundação se delimite em atividades de promoção da educação, assistência social e desenvolvimento institucional, Beta, detentora de quadro profissional de técnica reconhecida, foi contratada e prestou serviços de empreitada visando à construção de prédio para uma sociedade empresária. Beta não recolheu Imposto Sobre Serviços referente aos valores de tal empreitada, alegando, após a autuação, que gozaria de imunidade tributária em seus serviços em virtude de sua natureza jurídica.

Não tendo sido feito o pagamento do tributo, o Município de Alfa propôs execução fiscal após a inscrição em dívida ativa.

Citada da execução, Beta apresentou exceção de pré-executividade, sem caução, sustentando que o imposto seria inexigível em virtude da natureza jurídica de Beta, tendo, ainda, solicitado oficiamento à instituição bancária XY S/A para a comprovação de que a renda proveniente de aludidos serviços foi, em seguida, revertida para o custeio das despesas institucionais de Beta relativas aos serviços de assistência social que presta. Requeriu a anulação do suposto crédito tributário, a extinção da execução fiscal e a condenação do Município à compensação por dano moral em virtude da aflição sofrida pelos dirigentes de Beta e à reparação do dano material condizente ao dobro do valor da execução fiscal, à luz do artigo 940 do Código Civil e por ter o Município cobrado indevidamente.

O Excelentíssimo Juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Alfa, após o exercício do contraditório pelo Município, instruiu os autos, obteve os extratos bancários solicitados por Beta e deliberou pela procedência da exceção de pré-executividade, fundamentando-se em imunidade tributária conferida às instituições de educação e assistência social, anulando o crédito tributário, extinguindo a execução fiscal e condenando o Município à compensação por danos morais e à reparação dos danos materiais.

Diante de tal contexto, na condição de Procurador(a) do Município de Alfa, adote a medida prevista pela legislação processual com o intuito de buscar a reforma da decisão do Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública.

Considerando o enunciado acima estabelecido e o descrito no Capítulo 12 do Edital, elabore uma peça prático-profissional manuscrita, com número mínimo de 20 (vinte) e máximo de 120 (cento e vinte) linhas. A Prova Discursiva deverá ser manuscrita de forma legível, sendo obrigatório o uso de caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

**Atenção – a presente folha trata-se de rascunho - a redação deverá ser elaborada na folha de texto definitiva, entregue pelo Fiscal de Sala.**

**RASCUNHO**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	

28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	

62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	
94	
95	

96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	